

A HISTÓRIA DE EDUCAÇÃO DOS SURDOS: O PROCESSO EDUCACIONAL INCLUSIVO

Vanessa de Oliveira Carvalho (UFPB)

vanessacarvalho24@hotmail.com

Profª Msª. Carolina Silva Resende da Nóbrega (Orientadora/UFPB)

profcarolinanobrega@gmail.com

RESUMO

Este artigo apresenta a história de educação dos surdos e o processo educacional na escola inclusiva, buscando mostrar caminhos para esse processo. Assim posto, pautamos esta reflexão na legislação de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, que, fundamentada em concepções internacionais e na própria Constituição Federal, busca, através de institutos normativos, diminuir a situação de desvantagem que as pessoas com deficiência têm em relação aos demais na sociedade. De fato, a igualdade educacional é possível, mas desde que haja Educação Especial, isto é, ações que possibilitem a inclusão da pessoa com deficiência na sociedade. O objetivo deste trabalho é, pois, refletir sobre a educação de surdos e sobre o ensino da LIBRAS, a partir do atendimento a pessoas com deficiência em uma escola inclusiva. A pesquisa destaca, então, importantes pistas metodológicas de ensino e o cotidiano educacional de discentes surdos em escolas específicas para o ensino de surdos, ou seja, em escolas que seguem uma proposta educacional baseada na perspectiva de educação inclusiva. O resultado da construção dos dados tem sido desenvolvido por meio da entrevista reflexiva com os surdos, no sentido de apreender seus saberes docentes e suas concepções a respeito das políticas de inclusão.

PALAVRAS-CHAVE: Educação dos Surdos. Libras e Inclusão.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho relata como a história de educação dos surdos, por meio da inclusão, pode desenvolver mecanismos para envolver alunos surdos, professores e funcionários no processo de ensino aprendizagem e nos diversos serviços empregados em seu desenvolvimento e na superação das dificuldades no ensino regular. Sendo assim, consideramos a educação inclusiva como base para a inovação através do planejamento da realização.

Aqui, em específico, o objetivo é o de analisar os dizeres de alguns alunos surdos e seus professores universitários, tentando compreender os percalços e

desafios enfrentados por eles nessas instituições de ensino e suas expectativas em relação a condições favoráveis aos seus estudos na graduação de Letras Libras.

No caminho da integração e inclusão, reconhecer as diferenças linguística é essencial, esperando-se que o professor não faça da turma uma homogeneidade, mas que trabalhe com todos, como se tivessem a mesma capacidade na construção do conhecimento. Posto isso, traçamos como objetivos específicos para este estudo: visualizar o alcance do ensino de Libras para o desenvolvimento cognitivo da pessoa com surdez; e analisar a prática educacional desenvolvida pela escola inclusiva.

Justificamos a importância desta pesquisa a partir da Lei nº 10.436/2002, que oficializa o ensino de Libras. Por consequência, novas instituições começaram a surgir para inclusão de pessoas surdas, exigindo-se das escolas oportunizarem, além do atendimento às especificidades dos alunos surdos, atenção ao ensino da Língua Portuguesa, com o objetivo de encaminhá-los ao sistema regular de ensino. Ao possibilitar o uso da Libras por todos os membros da comunidade escolar, como instrumento de comunicação, a escola lhe concede o papel de língua de instrução.

Este artigo de pesquisa descreve, portanto, os resultados finais da pesquisa realizada com surdos, por meio da qual identificou-se as categorias existentes no discurso dos indivíduos. Para tanto, foi realizado um estudo concomitante de educação de surdos e inclusão. Obtidos os dados, é necessário analisá-los. Destarte, o tópico a seguir pretende oferecer diretrizes para os referidos procedimentos.

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE SURDOS

Os principais argumentos que encontramos na história da educação de surdos, na maioria das vezes, foram narrados por ouvintes e não por surdos. Qualquer que seja a época, a educação de surdos é contada, raríssimas vezes, pelos próprios protagonistas, os surdos. Estes se encontram, pois, em papéis de coadjuvantes de sua própria história.

A memória individual é refletida, em parte, por nossa experiência objetiva com o vivido. No entanto, apenas ela não esgota a experiência. As manifestações do inconsciente também geram mecanismos de memória construídos fora da experiência do vivido-compartilhado com outros sujeitos (ROCHA, 2010, p. 32).

O trecho acima revela a grande contribuição de Solange Maria da Rocha para a historiográfica da educação, não só do Brasil. A autora aborda a memória da Educação de Surdos e a história da educação em geral. Segundo ela, a educação de surdos teve início durante o congresso de Milão, em uma conferência internacional de educadores de surdos, em 1880. Em seguida, entre 6 e 11 de setembro de 1880, o congresso declarou que a educação oralista era superior à língua gestual, aprovando

uma resolução que proibia o uso da língua gestual nas escolas. Desde sua aprovação, em 1880, as escolas, em todos os países Europeus e nos Estados Unidos, mudaram para a utilização terapêutica do discurso sem língua gestual como método de educação para os surdos.

As narrativas sobre esse período, encontradas nessa produção, ora são descritas somente como o triunfo do oralismo e a proibição da Língua de Sinais, ora são descritas como distanciadas dos sentidos da educação geral dos anos cinquenta no Brasil (ROCHA, 2010, p. 15).

No Brasil, a história da educação de surdos iniciou-se com a criação do Instituto de Surdos-Mudos, hoje atual Instituto Nacional de Educação de surdos - INES, fundado em 26 de setembro de 1857, pelo professor surdo francês E. Huet, que veio ao Brasil a convite do Imperador D. Pedro II para trabalhar na educação de surdos. No início, os surdos eram educados por linguagem escrita articulada e falada, datilologia e sinais. O curso tinha a duração de seis anos e era oferecido a alunos dos dois sexos, na idade de sete a dezesseis anos. A disciplina "Leitura sobre os Lábios" estaria voltada apenas para os que apresentassem aptidões a desenvolver a linguagem oral. Havia uma seleção e, conseqüentemente, trabalho diferenciado para os que não tivessem condições de ser oralizados. Assim, pois, se deu o primeiro contato dos surdos brasileiros com a Língua de Sinais Francesa, trazida por E. Huet.

Hoje, já se tem um avanço com relação aos responsáveis pela instrução dos surdos, o que reflete uma preocupação do governo com a inclusão, porém, naquele tempo, o trabalho de oralização era feito pelos professores ouvintes, não havendo especialistas para tal tarefa. No Rio de Janeiro, o Instituto Nacional de Surdos-Mudos, que hoje é o Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES, era a única escola, em nível federal, existente no país. Desse modo, por algum tempo perpetuou-se um processo histórico, entre médicos e outros profissionais, de que o INES era o único local para onde os surdos deveriam ser encaminhados. Por isso, até hoje o INES é considerado uma referência nacional na educação de surdos.

INES foi fundado há 152 anos e a presença de narrativas ligadas à memória faz parte da cultura institucional. A marca de sua longa história é muito forte na instituição, embora, contraditoriamente, a atenção com a memória oral seja mais relevante do que com a memória escrita. Muito se perdeu de fontes documentais matérias, por diversas razões que não cabem aqui serem discutidas (ROCHA, 2010, p.33).

Segundo Moura, um dos motivos que levaram à decadência do Instituto Nacional de Surdos-Mudos foi a intervenção do Estado nos métodos educativos para os alunos surdos. Havia ainda o argumento de que a educação dos surdos deveria ser oralista, a fim de desenvolver a fala, isto é, os surdos deveriam aprender a Língua Francesa, independentemente de qual identidade o surdo se assemelhava. “A

possibilidade de existir um grupo com uma identidade linguística diferenciada, a uma cultura própria punha em risco a própria questão da centralização e da identidade da França enquanto nação” (MOURA, 2000, p. 44).

Voltado para essa nova realidade, nasceu o recente decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, uma medida oficial e nacional que busca instituir nos Cursos de Formação de Professores do Brasil um novo conhecimento obrigatório, de modo a obter dessa categoria melhor qualificação para o exercício profissional na escola básica, já que está vem recebendo um contingente significativo dessa população que se vê, muitas vezes, impedida de progredir na escolarização pela ausência de um processo escolar condizente com suas necessidades linguísticas.

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, pertencente à lei de Diretrizes e Bases, Art. 59º, inciso I, trata dos métodos, técnicas e dos mais diversos recursos para atender as necessidades dos sujeitos com necessidades educacionais especiais, a fim de melhorar as condições para sua inserção no ensino regular, assegurando, assim, seus direitos legislativos. O inciso II, por sua vez, implementa uma terminalidade específica para aqueles alunos que não conseguem terminar o Ensino Fundamental em tempo hábil ou determinado, por causa de suas necessidades educacionais especiais, mas somente quando o aluno não completar essa carga horária estabelecida. Já o terceiro inciso, é muito relevante, pois faz referência aos professores do ensino regular que ainda não são especializados para o ensino dos educandos com Necessidades Educacionais Especiais, declarando ainda a extrema importância de sua especialização e capacitação para atuar com a inclusão desses alunos nas salas regulares. Quanto ao inciso IV, faz referência à educação especial e à inserção do sujeito com necessidades educacionais especiais. Vejamos ainda o que diz o artigo seguinte da mesma lei:

Art.60º Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder Público. Parágrafo Único: O poder Público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo.

Nesse Art.60º, o Poder Público delibera e caracteriza que outras instituições de ensino, particulares ou mesmo filantrópicas, podem oferecer à comunidade serviços de educação especial, independente de qual seja a deficiência de seu alunado, além do apoio técnico e financeiro. O Parágrafo Único desse artigo comenta que, apesar de deliberar e indicar as escolas especiais, preferencialmente regulamentadas, como meio para educação dos sujeitos com necessidades

educacionais especiais, a inclusão desses educandos no ensino regular, como o próprio artigo indica, independe do apoio que essas instituições proporcionam aos educandos.

HISTORIA DA INCLUSÃO

A escola inclusiva surgiu com a finalidade de mostrar um novo caminho para a educação do surdo, pois a metodologia é um caminho que atende de forma satisfatória as especificidades do surdo, considerando todos os aspectos culturais deste sujeito. Segundo Machado (2008, p.78):

Visualizar uma escola plural, em que todos que a integram tenham a “possibilidade de libertação”, é pensar uma nova estrutura. Para tanto, é necessário um currículo que rompa com as barreiras sociais, políticas e econômicas e passe a tratar os sujeitos como cidadãos produtores e produtos de uma cultura [...] pouco adianta a presença de surdos se a escola ignora sua condição histórica, cultural e social.

A história da inclusão remonta à Idade Média, época em que ocorriam muitas matanças e perseguições às pessoas que nasciam com alguma deficiência. Portanto, a trajetória das pessoas com necessidades educativas especiais, ou seja, pessoas com deficiência, é marcada pela exclusão, pois elas não eram consideradas pertencentes à sociedade, sendo, a maioria, abandonadas, escondidas ou mortas. Com o passar dos anos, desenvolveu-se um novo conceito de prática da inclusão social.

A inclusão leva ao entendimento e ao respeito do que é a diversidade humana. Todavia, uma sociedade inclusiva demanda reorganização social, política, econômica, com mudança de valores, de atitudes, para uma tomada de consciência e intervenção solidificada nas políticas públicas mundiais e locais. Tais políticas devem visar o modelo de acessibilidade e inclusão social, educacional e produtiva para todas as pessoas com e sem deficiência, inclusive os surdos, fortalecendo o reconhecimento da diversidade e da nova cidadania emergente na pós-modernidade.

Com objetivo de oferecer aos alunos o direito à escolarização o mais próximo possível do normal e uma maior integração na sociedade, a inclusão de surdos tem sido discutida durante várias décadas. Mesmo na atualidade, com tanta inovação no ensino, as escolas inclusivas ainda encontram barreiras e dificuldades na realização desse ensino inclusivo.

O Regulamento do Instituto publicado em 1944 está baseado no decreto-lei 6.074, de 7 de dezembro de 1943, que dispõe sobre a sua finalidade. Do artigo 1º a responsabilidade do então Instituto Nacional de Surdos-Mudos – INSM de promover em todo país a alfabetização dos surdos e orientar

tecnicamente esse trabalho em estabelecimentos congêneres (ROCHA, 2009, p.70).

Infelizmente, nossos espaços escolares estão preparados para receber o aluno surdo, mas numa estrutura para ensinar e aprender em português, com alunos que crescem ouvindo e falando essa língua, acrescenta (QUADROS, 1997). Essa situação se constitui um grande problema para a pessoa que vive em um universo sem som, cuja língua primeira é a Língua de Sinais.

O processo de integração ocorre em uma estrutura educacional que oferece ao aluno a possibilidade de transitar no sistema escolar, da classe especial ao ensino especial em todos os seus tipos de atendimento: escolas especiais, classes especiais em escolas comuns, ensino itinerantes, salas de recursos, classes hospitalares, ensino domiciliar e outros. Trata-se de uma concepção de inserção parcial, porque o sistema prevê serviços educacionais segregados (MANTOAN, 2006, p. 18).

O primeiro passo para romper barreiras no processo de identidade dos alunos surdos foi desencadeado através da valorização da primeira língua dos surdos, que é a LIBRAS, da construção das regras de convivência no ambiente escolar e da convivência de todos os alunos, dos diferentes ciclos, em todos os espaços da escola.

A política de integração/inclusão, como vimos anteriormente, recomenda a educação dos “alunos com necessidades especiais” dentro dos contextos regulares de ensino. Entretanto, essa mesma política reconhece que as necessidades particulares de comunicação dos alunos surdos dificultam a educação em tais contextos de ensino (MACHADO, QUADROS, 2006, p.46).

Mesmo com as mudanças do modelo patológico de deficiência (adaptar as pessoas com deficiência ao sistema educacional) para o modelo social (adaptar o sistema educacional as necessidades educacionais de qualquer aluno), ainda nos deparamos com algumas dificuldades que impedem, muitas vezes, o acesso destas pessoas ao processo de inclusão educacional. A sociedade não respeita a opinião e a experiência dos surdos e querem continuar a definir as políticas públicas educacionais para os mesmos. Não aceitam que os surdos têm direito a uma universidade em situação de igualdade com os alunos ouvintes, com pedagogias voltadas para sujeitos visuais e sinalizados, em que o português escrito seja segunda língua; uma universidade que seja construída a partir da história e cultura dos surdos.

São, pois, objetivos da comunidade surda: levar aos professores e educadores o conhecimento da comunicação na educação de surdos, como garantia de aprendizado para o aluno surdo; estimular o uso da comunicação em Libras nos ambientes de ensino, fortalecendo a acessibilidade e divulgando a cultura surda no Ensino Superior, promovendo, assim, cursos de capacitação na área trabalhada.

No que concerne à acessibilidade dos alunos com deficiência, se faz necessário tomar medidas que possibilitem não só o acesso, como também a

permanência dos educandos no seu percurso educacional. A Eliminação das barreiras (urbanísticas, nas edificações, nos transportes, comunicações e informações) deve ser uma constante no processo de educação inclusiva.

No tocante ao tema em epígrafe, barreiras nas comunicações, o Decreto nº 5.296/04 (BRASIL, 2008, p. 01), art. 8º, II, d, conceitua *in verbis*:

Art. 8º [...] II [...] a) barreiras nas comunicações e informações: qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos dispositivos, meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa, bem como aqueles que dificultem ou impossibilitem o acesso à informação;

Entendemos que é obrigação das instituições de ensino oferecerem profissional capacitado em LIBRAS para acompanhamento de alunos e professores com deficiência auditiva, conforme se pode constatar na lei a seguir:

Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.

Art. 4º O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente (BRASIL, 2008, p. 01).

O decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, agora regulamenta as políticas educacionais para pessoas com deficiência, logo, precisamos nos manter vigilantes por criação de mais escolas bilíngues. Devemos cobrar a transição das escolas especiais para escolas bilíngues para surdos no País.

A partir deste estudo, verificamos que a inclusão tem sido porta de entrada para muitos pesquisadores e educadores de surdos, no que diz respeito à profissionalização. Outrossim, essa temática tem gerado discussões em congressos, seminários e mesas redondas. As escolas inclusivas, hoje, no Brasil, somando alguns estados, contam com a professora de professor de Libras e um tradutor/intérprete, porém, esse número é bem pequeno, mas já é um avanço se comparado a escolas onde se quer ouve falar em educação especial.

O aluno surdo, por exemplo, quando chega a uma escola inclusiva, não chega com uma bagagem de conhecimento, visto que muitos nunca aprenderam a ler o português e ainda não são fluentes em sua língua materna. Fatos como esses requerem reformas no projeto político pedagógico da escola, para garantir uma educação de qualidade para surdos e ouvintes.

A escola integracionista/inclusivista, nessa perspectiva, é entendida como espaço de consenso e de tolerância para com os diferentes. A experiência do surdo no cotidiano escolar, ao lado dos colegas ouvintes, seria assim vista como elemento integrador. É como se, para o aluno surdo, fosse mais

importante a convivência com os colegas “normais” do que a própria aquisição de conhecimento mínimo necessário para a sua, aí sim, possibilidade de integração social (SOUZA & GÓES, 1999 apud MACHADO, 2006, p. 42).

É importante deixar claro que os atendimentos oferecidos pelas escolas inclusivas são de caráter complementar, tendo por objetivo o apoio às famílias, aos professores e aos alunos surdos ou surdos cegos, de necessidades educacionais especiais em seu processo de aprendizagem e inserção social.

A Inclusão educacional pode se dar por várias vias, entretanto, queremos destacar as escolas especiais - com professores e metodologia bilíngue, e as escolas regulares, com salas especiais para atender a surdos cegos, surdos com deficiência física, surdos com deficiência intelectual e, ainda, pessoas emudecidas, aprendendo como primeira língua a Libras e como segunda língua o Português. Também podemos ter a inclusão quando pessoas ouvintes é que matriculam-se em escolas de surdos, passando a aprender através da metodologia de ensino para os surdos.

PROCEDIMENTOS DE CONSTRUÇÃO DA PESQUISA E ANÁLISE DOS DADOS

A Metodologia pela qual optamos foi a qualitativa, tendo em vista que a temática sobre a educação de surdos e sua aprendizagem constitui um vasto campo de investigação. Analisar a educação de surdos e a formação docente na perspectiva inclusiva em escola pública é um desafio a ser realizado na cidade de Mossoró pois contribui o desenvolvimento da educação de surdos da cidade.

As informações obtidas apontam que os entrevistados surdos, usuários da LIBRAS, defendem o ensino dessa língua em escola regular, como meio de promoção da inclusão de surdos em sala regular de ensino, por meio do uso da tecnologia. Para a coleta de dados foi aplicado um questionário aberto, contendo seis perguntas, direcionado a três surdos com idade entre 25 e 28 anos, dois do sexo feminino e um do sexo masculino. Os entrevistados falaram sobre as histórias de suas experiências de vida.

A aplicação do questionário se deu no próprio Centro Estadual de Capacitação de Educadores e Atendimento ao Surdo - CAS de Mossoró, situado na Rua Av. Rio Branco, S/N, no Bairro Centro, com CEP: 59.605-400, na cidade de Mossoró, no estado do Rio Grande do Norte.

Seguem abaixo os dados colhidos sobre os surdos A¹ e A² conforme solicitado no questionário.

Surdos (as)	Idades	Série	Formação/ Continuada
A ¹	28 anos	Concluída	Graduação em Pedagogia pela UERN;

			Mestre em Educação pela UERN; Graduanda em Letras Libras pela UFERSA e Graduanda em especialização em LIBRAS pela FAIBRA.
A ²	25 anos	Concluída	Voluntaria do CAS

Tabela 1: Dados dos surdos entrevistados.
Fonte: de autoria própria.

Na sequência, são transcritas as respostas dos surdos a questões sobre o tema proposto, as coisas foram obtidas, também, por meio do questionário aberto. Senão vejamos:

Questão: O que é educação inclusiva?

A¹: Ao meu ver, uma educação inclusiva padrão é aquela em que a escola atende a diversidade da espécie humana, dando suporte para inclusão de pessoas que necessitam de apoio, tendo de contemplar as perspectivas estruturais, elevar as práticas pedagógicas e apoiar a comunidade para atender as diferentes condições das pessoas com deficiência, favorecendo a aprendizagem escolar.

A²: A educação inclusiva reconhece que todas as crianças podem aprender, respeitando as diferenças das crianças, além de permitir que as estruturas, sistemas e metodologias de ensino atendam às necessidades de todas as crianças.

Questão: Fala-se muito também na integração do portador de deficiência. Existe diferença entre inclusão e integração?

A¹: Sim, acontece, hoje, de a integração fazer parte da escola que aceita incluir na sociedade as pessoas com deficiência para conviver e interagir no processo de conhecimento. O surdo tem capacidade de interagir com pessoas ouvintes na sala de aula normal para não dificultar a comunicação no ambiente escolar. Entendo que a inclusão é a palavra que procura buscar a capacidade para todas as camadas sociais, incluindo as pessoas com deficiência dentro de qualquer ambiente, assegurando o direito de todas, para que a sociedade possa ajudar a se adaptar para atender melhor as pessoas com deficiência. A integração, por sua vez, é quando a sociedade busca colaboração e incentivo com pessoas com deficiência no processo de inclusão como a adaptação e o acompanhamento, por exemplo, da comunicação de LIBRAS com a turma.

Integração: contenta-se com transformações superficiais. As pessoas com deficiência se adaptam às necessidades dos modelos que já existem na sociedade, que faz apenas ajustes. Tende a disfarçar as limitações para aumentar a possibilidade de inserção.

A²: Tem sim, inclusão é quando os deficientes estão na mesma escola e na mesma sala dos ditos normais, tendo possibilidades de acessibilidade e comunicação, já a integração é quando os deficientes estão inseridos na mesma escola dos ditos normais, mas não tem acessibilidade e nem comunicação.

Questão: Apesar de alguns avanços na educação para surdos no Brasil, há alguns fatores que influenciaram negativamente no rendimento escolar das crianças surdas. Quais são?

A¹: Evidencio que as crianças surdas têm dificuldades em aprender por conta, a maior parte, da oralização que recebem pelo professor. Os professores não dominam LIBRAS e não a trabalham nas escolas. Há ainda a ausência de formação continuada, como cursos e o posicionamento inadequado do professor em sala de aula, que nunca olha pra frente e na direção do surdo quando precisa dar um ensino. Ademais, surdos não têm acesso a estímulos linguísticos por não ter incentivo da família e pela falta de interprete na sala de aula, fornecido pela prefeitura do município.

A²: A dificuldade das crianças surdas em aprenderem Português dificulta o aprendizado e o desempenho na escola.

Questão: Quais materiais adaptados você conhece?

A¹: Pelo que conheço, os materiais adaptados para surdos são: uso de imagens relacionadas às palavras colocadas na parede na sala de aula; os jogos, as atividades e os trabalhos adaptados em LIBRAS; adaptação colocando os sinais no texto e na prova; livro ilustrado com palavras, sinais de Libras.

A²: Alfabeto com imagem e desenho da mão em libras, conto de fadas para surdos, etc.

Questão: Relembrando a história de educação de surdos, quais mudanças significativas acha que aconteceu com o passar dos anos?

A¹: Bem, na época que estudava na escola privada exigiam a oralização e fazia o uso total de oralismo. Me treinavam com fonoaudiologia, fazendo leitura labial. Depois de passar de ano, comecei a ingressar na escola regular de ensino fundamental maior, sendo o único surdo na escola semi-comunicativa. Eu usava a comunicação sinalizada, que fazia parte da escola, e o oralismo com a família, que criava os gestos. Lembro-me que estudava na escola para surdos. Eu usava comunicação total, pois oralizava, fazia muito mímica e pouco uso da LIBRAS, mesmo que os amigos surdos inventavam. Apesar de conseguir a lei de LIBRAS, a escola onde eu estudava não colocou a maioria até o fim do ensino médio. Hoje eu domino LIBRAS, então!

A²: Nós surdos conseguimos, depois de muita luta, as leis, que são vitórias da comunidade surda, leis que oficializa a LIBRAS como segunda língua no Brasil, entre outras vitórias e leis.

Questão: Em sua opinião, quais informações o professor de Libras deveria receber para iniciar o trabalho com o aluno surdo?

A¹: O professor usar LIBRAS com aluno surdo é de suma importância para o bom desenvolvimento na aprendizagem, devendo-se levar em conta, mesmo que superficialmente, as experiências visuais dos alunos surdos e a dinâmica de uma escola onde o bilinguismo é praticado. Isso deve ocorrer desde os primeiros dias do aluno na sala de aula, exemplificando que o professor escreve os conteúdos em português, sendo a prova também escrita, porém com adaptação. Entretanto, o trabalho dos conteúdos deve ser feito em LIBRAS.

A²: A utilização da LIBRAS; lei que reconhece a LIBRAS como segunda língua oficial no Brasil; introdução de intérpretes nas salas de aula, etc.

RESULTADOS

Durante a resolução das questões, ao final feita individualmente, os surdos A¹ e A², discutiram que, na atualidade, as escolas inclusivas encontram barreiras e dificuldades na realização desse ensino inclusivo, afirmando, ainda que a língua de sinais é o instrumento mais importante para a integração social do surdo.

Após a entrevista com os surdos, suas narrativas foram analisadas. Destarte, os dados indicam problemas que ocorrem no espaço escolar, alguns identificados pelos próprios entrevistados, a saber: desconhecimento sobre a surdez e sobre suas implicações educacionais; dificuldades na interação professor e intérprete; e a incerteza em relação ao papel dos diferentes atores neste cenário. As narrativas apontam, ainda, dificuldades com adaptações curriculares e estratégias de aula e exclusão do aluno surdo de atividades. Estes alunos têm suas trajetórias de vida focadas nos seguintes aspectos: discussão da educação da educação inclusiva, ensino, estratégias metodológicas adotadas no Centro Estadual de Capacitação de Educação e de Atendimento ao Surdo.

Este estudo é resultado de muitos desafios, esforço e interesses pessoais que fizeram parte da minha trajetória e de alguns colegas, amigos surdos de diferentes tempos e lugares. São esses os contribuintes deste projeto. A eles devo minha gratidão, que é a mesma para todos.

A discussão sobre o processo de inclusão, sobre as dificuldades encontradas na materialização das adaptações escolares, o desconhecimento e resistência das escolas em atender as necessidades destes alunos não cessa aqui. Acreditamos que esta pesquisa é, pois, um chamariz para futuros trabalhos relacionados ao tema, os quais devem, de igual modo, contribuir para a igualdade educacional.

CONSIDERAÇÃO FINAL

As narrativas sobre a inclusão e sobre a educação dos surdos no Instituto Nacional de Educação de Surdos e a produção de numerosos apagamentos nos desafiam a buscar diversos outros temas que necessitam de continuidade. Ao longo do trabalho, chegamos à conclusão que as atividades desempenham função complementar para o aprendizado. Sendo assim, não demorou muito, ao longo do

presente feito, para perceber que se faz necessário uma reformulação na educação, no tocante a este tema.

Na perspectiva da educação inclusiva necessita-se, portanto: conhecer a discussão teórica sobre professor, intérprete de LIBRAS, processo de ensino/aprendizagem e inclusão, relacionando essa fundamentação com as narrativas dos sujeitos; além de verificar como se estabelece a relação intérprete de LIBRAS e aluno surdo da escola, percebendo se está pautada num processo inclusivo de ensino aprendizagem. O estudo mostra o bilinguismo como uma conquista da comunidade surda em busca por uma educação autônoma, diferenciada e bilíngue; e o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais como língua materna na constituição da identidade cultural da comunidade surda.

Do ponto de vista prático, acreditamos que o trabalho pode contribuir para se repensar uma prática de inclusão social das pessoas com surdez, observando as potencialidades de se trabalhar com uma concepção estruturada num pensamento de romper com as barreiras, estigmas, procurando observar as capacidades de cada um, inclusive no âmbito da educação inclusiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**, sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996**, a Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 20 de setembro de 2015.

MACHADO, Paulo César. **Integração/Inclusão na escola regular**: um olhar do egresso surdo. Em QUADROS, Ronice Müller de. (organizadora). Estudos Surdos I- Série Pesquisas. Rio de Janeiro: Arara Azul, 2006.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.

MOURA, M.C. O surdo: **caminhos para uma nova identidade**. Rio de Janeiro: Reiventer, 2000.

QUADROS, R.M. **Educação de Surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

QUADROS, Ronice Muller de **Educação de Surdos - A aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artmed, 1997.

ROCHA, Solange Maria da. **Antíteses, díades, dicotomias no jogo entre memória e apagamento presentes nas narrativas da história da educação de surdos**: um olhar para o Instituto Nacional de Educação de Surdos (1856/1961). Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

ROCHA, Solange Maria da. **Memória e história**: a indagação de Esmeralda/ Solange Rocha. – Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2010.